



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

**ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
VINTE E NOVE DE JUNHO**

Acta nº 3/2023

No dia vinte e nove do mês de junho de dois mil e vinte e três teve lugar a 3ª Sessão Ordinária de 2023, realizada na Sala Sofia no Convento São Francisco, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – ABERTURA

Informações do Presidente da Assembleia

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara

- *Informação escrita do Presidente da Câmara à Assembleia Municipal*
- *Grupos Políticos*

2. Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2022 do Município de Coimbra

2.1. Relatório de Gestão e Contas de 2022 - IParque

2.2. Relatório de Gestão e Contas de 2022 - Prodeso Ensino Profissional

3. Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo - com 3 lotes

4. Aumento de capital da Câmara Municipal de Coimbra no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana – Coimbra Viva I

5. Designação dos júris de recrutamento dos cargos de dirigentes - seleção de titulares de cargos de direção intermédia de 1.º grau

6. Relatório de monitorização da Área de Reabilitação Urbana (ARU)

6.1. Coimbra Alta/Operação de Reabilitação Urbana (ORU)-Relatório Anual/Quinquenal de 2022

6.2. Coimbra Baixa/Operação de Reabilitação Urbana (ORU)- Relatório Anual/Quinquenal de 2022

6.3. Coimbra Rio/Operação de Reabilitação Urbana (ORU)- Relatório Anual/Quinquenal de 2022

6.4. Coimbra Santa Clara/Operação de Reabilitação Urbana (ORU)- Relatório Anual 2022

6.5. Coimbra Universidade Sereia/Operação de Reabilitação Urbana (ORU)- Relatório Anual 2022

7. Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas

8. Designação dos membros que integram as Comissões Permanentes

8.1. Comissão de Desenvolvimento Humano e Social

8.2. Comissão de Proteção do Ambiente e do Ordenamento do Território



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

8.3. Comissão de Desenvolvimento Económico

8.4. Comissão de Relações Institucionais Externas

8.5. Comissão de Assuntos Jurídicos

9. Ata n. º5/2023, de 27 de dezembro

Presenças da Assembleia Municipal

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos diretos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Ana Janelas, Vítor Parola, Luis Silva, Tiago Bolhão, Ângela Correia, JuvenalSousa, Rui Claro, Isabel Garcia, Ramiro Simões e Elisabete Lemos.

Eleitos por inerência

António Coelho, João Marques, José Santos, Joaquim Pereira, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, João Pimenta e Horácio Costa.

Grupo Municipal (PPD/PSD)

Eleitos diretos

Graça Oliveira, Carlos Figueiredo, Susana Magnólia, Paulo Lopes, Teresa Gaspar e Ana Neto.

Eleitos por Inerência

Diogo Fagundes, Viriato Dias, João Campos, Luís Correia e José Simão.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos diretos

Manuel Rocha, João Pinto Ângelo e Luísa Silva.

Eleitos por Inerência

Jorge Mendes.

Grupo Municipal Nós Cidadãos (NC):

Eleitos diretos

Lúcia Ferraz, Carlos Nunes da Silva, Lara Martins e Rui Rodrigues.

Eleitos por Inerência

Rui Soares.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos diretos

Jorge Almeida, Helena Mendes, Margarida Pocinho e José Castro.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Eleitos diretos

João Malva e Graça Simões.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira.

Deputado Municipal do Chega

Fernando Duque

Presenças da Câmara Municipal:

Além do Presidente da Câmara José Manuel Silva e do Vice-Presidente Francisco Veiga, estiveram presentes os Vereadores, Ana Bastos, Carlos Lopes, Ana Oliveira, Miguel Fonseca, Francisco Queirós, Regina Bento, José Dias, Hernâni Caniço e Rosa Cruz.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal, Luís Marinho, que foi secretariado por Graça Simões, como Primeira Secretária, e Paulo Cardoso como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento nos termos do nº 1 do artigo do 13º do Regimento da Assembleia Municipal – Mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015, bem como nos termos do nº 1 do artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, do seguinte preenchimento de vagas:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

O Deputado Municipal **David Silva** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pela Deputada Municipal **Ramiro Santos**.

O Deputado Municipal **António Vilhena** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pela Deputada Municipal **Elisabete Lemos**.

O Deputado Municipal **Jorge Veloso** não apresentou pedido de substituição e não compareceu.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

O Deputado Municipal **Martim Syder** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pela Deputada Municipal **Teresa Gaspar**.

A Deputada Municipal **Lídia Pereira** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal **Diogo Rodrigues**.

O Deputado Municipal **Diogo Rodrigues** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pela Deputada Municipal **Ana Neto**.

O Deputado Municipal **Francisco Rodeiro** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Diogo Fagundes**.

O Deputado Municipal **António Teodoro** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Viriato Dias**.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

O Deputado Municipal **Victor Carvalho** não apresentou pedido de substituição e não compareceu.

Todas as substituições foram efetuadas nos termos do nº 1, artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, bem como nos termos do nº 1 do artigo 13º do Regimento da Assembleia Municipal.

I-ABERTURA

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

Constatou a existência de *Quórum*;

Face à inexistência de objeções reconheceu a *aprovação da Ordem de Trabalhos*.

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU) [\(áudio 10:45 a 13:30 minutos - 1ª gravação\)](#)

Referiu que as Comissões agendadas para o Ponto 8 da Ordem de Trabalhos se mantinham com a mesma composição, uma vez que ainda não tinham sido objeto de revisão em sede de Regimento ainda em processo de alteração.

Considerou desadequada a agenda a menos que houvesse razões cuja urgência obrigasse a que as Comissões Permanentes comesçassem a funcionar no Verão e disse que a lista de distribuição consensualizada entre os vários grupos políticos não incluía a CDU, pelo que sugeria que o Ponto 8 fosse retirado da Ordem de Trabalhos e agendada para nova Sessão da Assembleia Municipal.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

Esclareceu que a *Mesa* propõe a Ordem de Trabalhos depois do consenso obtido em Conferência de Líderes, sendo que a deliberação de repor o funcionamento das Comissões já tinha sido tema de discussão de duas reuniões da Comissão de Revisão do Regimento e na última tinha obtido o consenso alargado quanto à importância de retomar as Comissões que existem formalmente.

Propôs, face à observação de João Pinto Ângelo e na eventualidade da existência de algum lapso de comunicação, que o Ponto 8 fosse retirado da Ordem de Trabalhos.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS) [\(áudio 17:14 a 17:50 minutos - 1ª gravação\)](#)

Caucionou a verdade descrita pelo Presidente da Assembleia Municipal.

Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa do Mondego- Adelino Besteiro

Referiu os problemas da habitação e o papel do setor cooperativo, com a construção de dezenas de milhares de habitações na década de 80/90 e actualmente o decréscimo de número da sua atuação e, consequentemente, do número de cooperativas.

Mencionou que a Câmara Municipal se tinha revelado disponível, apesar de não ter confirmado em termos práticos, nomeadamente na colaboração mais direta, relacionada com os terrenos.

Observou o “*magistério de influência*” da Assembleia Municipal na Câmara Municipal, designadamente através de Moções ou Recomendações e, em sede de eventuais deliberações, no setor do urbanismo, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

cedência de terrenos ou apoios para aquisição de terrenos requer invariavelmente a apreciação da Assembleia Municipal.

Sensibilizou, assim, a Assembleia Municipal para o movimento da Cooperativa do Mondego que tem quatro empreendimentos na cidade e construiu mais de 700 habitações e cerca de 10 unidades unifamiliares. Acrescentou, inclusive, exemplos de Municípios que tinham recorrido ao setor para regular a problemática da habitação.

Afirmou veementemente que sem o apoio da Câmara Municipal não era possível às cooperativas construírem 30% a baixo do preço.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

Interpretou a Assembleia, solidarizando-se e reconhecendo que se trata de uma causa comum, não só da Assembleia, mas também da Câmara Municipal propondo-se a encontrar o melhor meio de alcançar a “*muito legitima e justa pretensão*” apresentada.

Intervenção da Deputada Municipal Helena Mendes (CDS-PP) [\(áudio 25:47 a 31:02 minutos – 1ª gravação\)](#)

Remeteu para a Conferência de Líderes, a que não tinha comparecido por motivos profissionais, mas se tinha inteirado de todas as deliberações que subscreve. Observou, por isso, a inexistência de razões e motivos justificáveis para retirar o ponto da Ordem de Trabalhos.

Cumprimentou Adelino Besteiro, referindo-se à Cooperativa Mondego como “*Cooperativa Sobrevivente*”. Recorreu ao artigo de Hélder Martins no Expresso em 21 de maio sobre “*Governo e Autarquias preparam nova geração de Cooperativas*”, para assumir que o CDS é absolutamente favorável ao setor, advertindo, no entanto, para o facto de as cooperativas existentes não poderem ser ultrapassadas pelas que surgem atualmente.

Tratou o ano letivo que estava a findar, fazendo nota de que os partidos políticos deviam contribuir ativamente para o bom funcionamento do próximo ano, lamentando que os meios materiais das autarquias não bastavam era necessária “*paz laboral*”.

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) [\(áudio 31:26 a 38:20 minutos - 1ª gravação\)](#)

Apresentou apreço e louvor pela resiliência da Cooperativa Mondego, associando-se às pretensões elencadas.

Dedicou -se à transparência e boa gestão do bem público, dizendo que o património material e cultural associado ao Convento de S. Francisco e à Casa da Escrita estão no centro das preocupações.

Avançou que a boa gestão dos espaços culturais da cidade exige rigor, competência e transparência. Enumerou as várias fases porque tinha passado o atual Executivo. Na oposição, reclamava com o Executivo anterior por insistir na gestão municipal do espaço cultural e defendia uma gestão autónoma. Já no poder, existiam estudos que permitiam concluir que a gestão municipal do espaço era sustentável e o Executivo decidiu manter a gestão direta por parte da autarquia, recusando ajustes diretos e avenças para a figura de curador do S. Francisco. A seguir, foi cumulada a função de Presidente com Vereador da Cultura e reclamada para si a gestão da cultura em Coimbra. Mais tarde, nomeou a Dra. Celeste Amaro, para logo a seguir “*lhe retirar a confiança*” e nomear como coordenador e programador Paulo Pires que levou a missão por dois pares de meses, e saiu por “*motivos pessoais*”.

Por fim, externalizou o novo coordenador Luís Rodrigues “*ilusionista, consultor, formador de teatro, produtor e programador...*”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Declarou, face ao exposto, que *“O grupo dos Cidadãos por Coimbra reclama a gestão do espaço cultural do Convento de S. Francisco aberta a concurso público para identificar os mais competentes e com melhor proposta cultural para a cidade. Exigimos transparência na gestão do bem público!”*

Lembrou que o CpC tem reclamado a intervenção da Câmara na aquisição da casa de Jaime Cortesão, em São João do Campo, para valorização da rede cultural do Município. A somar ao silêncio sobre a casa de Jaime Cortesão, vem o executivo anunciar novo rumo para a curadoria da Casa da Escrita.

Esclareceu que a casa da escrita foi adquirida pela Câmara Municipal de Coimbra, no executivo do Dr. Carlos Encarnação, tendo recebido obras de requalificação de grande qualidade; o negócio entre a família de João José Cochofel, incluindo a aquisição da casa e a cedência de parte do património mobiliário, incluindo o seu espólio literário, foram feitos no pressuposto de que o bem fica à salvaguarda do município e do bem comum cultural de Coimbra; a memória de muitos intelectuais de Coimbra na luta pela democracia está intimamente ligada à Casa da Escrita. A este propósito, Eduardo Lourenço cedeu a sua valiosa biblioteca à boa guarda do bem público através da Câmara Municipal de Coimbra, com o desejo específico de ver os seus livros na Casa da Escrita; os contornos preocupantes de um acordo de princípio com a Associação Portugal Brasil 200 anos como entidade gestora/curadora da Casa da Escrita. Uma entidade sem histórico cultural na cidade, sem memória de bem público *“uma entidade spinoff de uma teia de negócios de consultoria e comunicação;”*; a preocupação da curadoria da Casa da Escrita estar associada a uma entidade movimentada por prestadores de serviços à Câmara Municipal de Coimbra e/ou aos seus dirigentes máximos. *“Olhamos com muita preocupação a associação da curadoria da Casa da Escrita, e do seu valioso património, a uma associação cujo dirigente máximo é o irmão do Presidente da Câmara.”*

Entregou um requerimento à Mesa da Assembleia Municipal, **cfr. Anexo I**

- 1- *Solicitando que o executivo municipal apresente a esta Assembleia um regulamento enquadrador do funcionamento da Casa da Escrita, no escrupuloso respeito pelos princípios que guiaram a aquisição da casa e a cedência das obras literárias pelos donatários;*
- 2- *Que o executivo abra concurso público para identificar uma entidade gestora credível e que apresente um plano de trabalhos que respeite o enquadramento do bem público da Casa da Escrita, valorizando a sua missão e a rede cultural de Coimbra;*
- 3- *Que se interrompa o processo negocial, trabalhado em secretismo, com a Associação Portugal Brasil 200 anos, para gestão e curadoria da Casa da Escrita;*
- 4- *Que o executivo apresente à Assembleia Municipal um parecer, a emitir pelo Tribunal Constitucional, que verse sobre eventuais incompatibilidades de funções de altos dirigentes de cargos públicos com negócios a firmar com entidades ou indivíduos com quem o Presidente da Câmara possa ter relações contratuais e/ou familiares, focando no caso específico da relação do Município de Coimbra com a Associação Portugal Brasil 200 anos.*

Intervenção do Deputado Municipal Jorge Mendes (CDU) [\(áudio 10:45 a 13:30 minutos - 1ª gravação\)](#)

Tratou a Alta Velocidade e o projeto apresentado para discussão pública, em que dezenas de habitantes na União de Freguesias de Ameal e Arzila mostraram grandes preocupações quanto ao edificado e a todo o seu património.

Referiu que a impreparação técnica e a dificuldade de chegar aos responsáveis do estudo tinham sido decisivas para pedir a presente intervenção em Assembleia, no sentido de a Câmara ajudar com estas questões e de tornar publicas estas preocupações.

Reconheceu a importância que a implementação da Linha de Alta Velocidade terá em Coimbra e em todo o país, constituindo no futuro uma infraestrutura de excelência para transporte de pessoas. Os impactos ambientais, económicos e urbanísticos de uma obra estruturante como esta são sempre enormes, lembrou, no entanto, que importa minorá-los através de um bom estudo e planeamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Explicou que os estudos e planeamentos não seriam fáceis para quem não conhece a região e está limitado no tempo e nos recursos disponíveis para apresentar propostas e soluções, instando, por isso, na importância das consultas públicas e do envolvimento das populações e dos agentes locais neste tipo de projeto. No terreno e afetados pelo projeto, pretendem ser parte ativa na tomada de decisões, que podem marcar várias gerações e a região por largas dezenas de anos, com acesso à informação e sessões de esclarecimento.

Esclareceu que no período de consulta pública relativo à “*Linha Ferroviária de Alta Velocidade entre Porto e Lisboa (Fase 1) Troço Porto/Soure – Troço B*” e da consulta da documentação constata-se que a ligação entre a Linha do Norte e a Linha de Alta Velocidade, terminando na estação de Taveiro, tem fortes impactos na zona da Quinta dos Cunhas e de Reveles do Campo, resultando na demolição de habitações e num impacto visual muito significativo para outras, conforme explicitado no estudo apresentado.

Declarou “*somos interessados, temos uma opinião a emitir e queremos ser ouvidos. Queremos expressar a nossa reprovação, de uma forma geral, quanto aos traçados e soluções apresentadas nestas duas zonas porquanto:*”

1. *Não foi apresentada, nem supostamente estudada, nenhuma alternativa relativamente ao traçado de ligação da linha de alta velocidade à Linha do Norte, na zona de Reveles do Campo;*
2. *A título de exemplo, conseguimos identificar uma possibilidade de traçado que apresentaremos à Câmara, com um desvio de cerca de 300m e em que atravessando apenas terrenos agrícolas, e uma zona de floresta entre Vila Pouca e Ameal, conseguimos evitar a travessia de toda a zona habitacional de Reveles o que prova que existem outras soluções de muito menor impacto nas populações locais que, por qualquer motivo que desconhecemos, não foram estudadas;”*

Solicitou à Câmara Municipal que reportasse o desagrado das populações locais e da própria Freguesia a todas as instituições responsáveis pelos estudos e projetos da Alta Velocidade, exigindo, em todo o concelho, a apresentação de alternativas e soluções com menor impacto para as populações locais.

Prosseguiu com a apresentação da Moção:

“Exigir Estudo de Alternativas ao traçado da Alta Velocidade

Considerando que está neste momento em discussão pública o projeto do Transporte de Alta Velocidade e tudo o que isso implica, nomeadamente a destruição de habitações e bens patrimoniais, muitas vezes também as memórias de uma vida com todas as suas vivências.

Que o nosso concelho será dos mais afetados atendendo a que para além da construção das vias principais teremos ainda os desvios complementares da ida dos comboios à estação de Coimbra.

Mais, podemos falar em todos os cidadãos que são afetados por estas ligações em todo o concelho e que vão ver as suas casas destruídas.

Temos cometimento que ao invés do nosso concelho que quase ninguém sabe oficialmente nada, outros há em que se tem feito sessões públicas de esclarecimento sobre este projeto.

Não aceitamos que não sejam estudadas outras alternativas no atravessamento da União de Freguesias de Taveiro Ameal e Arzila, quando na mesma Freguesia existe alternativa com um Impacto residual face ao proposto.

Muito menos pode ser aceite que um pequeno povoado (Quinta das Cunhas-Ameal), situado no meio do nada seja totalmente destruído e se faça desaparecer, quando como se disse um ou dois Km à volta há o tal nada e acertou-se em cheio com o tal mini povoado, incompreensível.

Assim, propomos que a Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em sessão ordinária de 29 de junho de 2023, delibere:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

1. *Que a Câmara Municipal de Coimbra promova todas as diligências possíveis para que seja criado um gabinete responsável pelo acompanhamento do projeto de Alta Velocidade no que diz respeito a todo o concelho de Coimbra, nomeadamente com as seguintes funções:*

- a) Atender às preocupações das pessoas no sentido de estudar e propor alternativas do traçado*
- b) Ajudar as populações a fazer chegar as suas preocupações e propostas às entidades competentes.*
- c) Seja qual for o traje to e projeto final aprovado, fazer um acompanhamento técnico da sua execução no sentido de acautelar os direitos económicos, sociais e patrimoniais, bem como os aspetos ambientais e o bem-estar das populações afetadas.*
- d) Por último e devido ao facto de termos um período reduzido para pronúncia, solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que nos receba ou faça receber por técnicos, à Junta e a representantes do grupo de lesados durante os próximos dias.”*

Intervenção do Deputado Municipal Fernando Duque (CH) (áudio 48:53 a 51:14 minutos - 1ª gravação)

Comentou que relativamente aos lucros dos *Coldplay* poder-se-ia reservar 20% para os SMTUC, 20% para distribuição pelas autarquias do Concelho, 10% para as Instituições de Solidariedade Social e 50% ficaria para o Executivo investir na cidade, nomeadamente, no mobiliário urbano.

Referiu que gostaria de assistir à antecipação da conclusão das obras da estação Intermodal de Coimbra, dando exemplo de total cumprimento dos prazos de execução desta obra importante no âmbito da rede de Alta Velocidade, com a qual Coimbra terá mais proximidade a dois Aeroportos Internacionais a 30 minutos e a 50 minutos de distância temporal.

Propôs que se equacionasse o futuro do aeródromo de Cernache “*sem ilusões de um Aeroporto Internacional*”, atualizando a sua pista e sua utilização.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS) (áudio 51:38 a 56:13 minutos - 1ª gravação)

Afirmou que um dos problemas principais dos portugueses é precisamente a habitação, pelo que importa “*ressuscitar o movimento cooperativo*”, ou seja construir casas a custos reais, a preços acessíveis para as famílias.

Lembrou que o governo no pacote “*Mais habitação*” ia lançar uma linha de financiamento para apoiar o movimento cooperativo sendo dentro em breve publicado o respetivo Decreto-Lei.

Reforçou que a construção cooperativa começava, de facto, pela cedência de terrenos pela própria Câmara Municipal como tinha acontecido anteriormente com a Cooperativa do Mondego, Tricana Conimbricense, Função Pública, Associação de Moradores Quinta da Nora, Fonte do Bispo, São José, Relvinha e aquisição dos Terrenos da Lomba da Arregaça.

Criticou o facto de a iniciativa não partir da Autarquia para a construção cooperativa e disponibilizou-se, em nome do PS, para apoiar o movimento.

Mencionou, quanto à Moção apresentada, que o PS teve oportunidade de emitir um comunicado público pedindo que fossem efetuados estudos sobre a matéria em causa e manifestando preocupação com a canalização do trânsito rodoviário para a zona de Coimbra B, através de uma ponte que “*vai esventrar a mata do choupal*”.

Intervenção da Deputada Municipal Luísa Silva (CDU) (áudio 56:40 a 59:18 minutos – 1ª gravação)

Comentou a nova assessoria artística e cultural do Convento São Francisco e a associação a divulgar a sua sede num equipamento municipal, sem qualquer discussão ou aprovação pelos órgãos eleitos municipais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Referiu que assistiam à quarta nomeação de um Programador para o Convento São Francisco, sem concurso e sem critérios de seleção conhecidos ou sequer discussão prévia para definição da missão do equipamento municipal.

Questionou a legitimidade de uma entidade “*recém-criada da qual sabemos pouco sediada fora de Coimbra*” para divulgar a sua futura instalação na Casa da Escrita sem qualquer procedimento ou discussão nesse sentido.

Registou a forma de atuação que não considerava a participação democrática, uma vez que os dois assuntos não tinham sido agendados para conhecimento e discussão do Conselho Municipal da Cultura, da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal que tinham decorrido a breve trecho.

Acrescentou que o Regulamento do Associativismo não é consensual e foi objeto de várias críticas por parte do Conselho Municipal da Cultura que identificou e apresentou propostas de alteração que tornem o Regulamento mais claro e unanime.

Reafirmou, em nome do PCP, o repúdio pelos procedimentos adotados e que, independentemente, do modelo de gestão que venha a ser encontrado para os equipamentos culturais e para a constituição das equipas devem decorrer do financiamento público à cultura, enquanto dever, responsabilidade e incumbência de missão de serviço público integrada na política cultural municipal.

Intervenção do Deputado Municipal Luís Correia (PSD) (áudio 59:58 a 01:52 minutos - 1ª e 2ª gravação)

Retratou um acontecimento do passado dia 22 de junho, em que um menino de 4 anos, chamado Vasco, acompanhado pelo seu avô, se tinha dirigido à delegação da União de Freguesias de Santa Apolónia, para fazer chegar uma missiva que tratava o encerramento do Parque Infantil de Santa Apolónia.

Referiu que os destinatários deveriam ser o Presidente da Câmara, ou porventura, o Vereador Francisco Queirós, ou eventualmente, o Vereador Miguel Fonseca, porque o próprio também desconhecia os motivos para tão alargado prazo.

Verificou que o encerramento do Parque Infantil de Santa Apolónia estava próximo de completar 100 dias e questionou diretamente quais os critérios de classificação do procedimento “*urgente*” ou “*prioritário*”.

Apelou à recuperação célere do equipamento, em seu nome, em nome da Freguesia e em nome dos moradores da zona de Santa Apolónia que aguardavam há demasiado tempo.

Intervenção da Deputada Municipal Lúcia Santos (NC) (áudio 02:05 a 09:51 minutos – 2ª gravação)

Dirigiu-se ao Deputado João Pinto Ângelo, reafirmando o que foi dito pelo Presidente da Assembleia Municipal, que tinha sido acordado o agendamento do *Ponto 8 da Ordem de Trabalhos*, nas duas últimas reuniões de líderes, onde tinha estado presente em representação do Nós Cidadãos e onde a CDU também tinha estado representada.

Destacou “*a efervescência da cidade em termos culturais*”, parabenizando, a propósito dos concertos dos Coldplay, a Câmara Municipal, pelo excelente trabalho de organização da própria cidade para receber praticamente o dobro da sua população residente, a coordenação entre os diversos serviços municipais e entidades de segurança, e o resultado foi efetivamente reconhecido por todos como um sucesso e um exemplo a seguir. Prosseguiu elogiando a Feira do Livro, desde concertos, exposições, oficinas, conversas com autores e a presença de Djamilia Ribeiro, filósofa, intelectual, ativista brasileira, que na sua primeira vinda a Portugal fez a sua primeira paragem em Coimbra. Acrescentou, ainda, a Bienal de Arte Contemporânea e a exposição de Ragnar Kjartansson.

Salientou, também, a organização do Debate Relevante sobre o Plano de Pormenor da Estação de Coimbra B, congratulando-se pela realização da primeira iniciativa em que a Assembleia Municipal e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Câmara Municipal, em conjunto, promovem um debate que chama os cidadãos a apreciar e a debater um assunto que é do interesse comum, num exercício de democracia participativa.

Defendeu que o projeto da autoria do Arquiteto Joan Busquets tinha capacidade para gerar uma mudança genuína e impactante. Com o projeto, a vontade e capacidade política a nível municipal e Governo Central, com financiamento para a quase totalidade do projeto e com a vontade de incluir Coimbra na rota da alta velocidade estão perante a oportunidade imperdível.

Referiu que a primeira fase do projeto da linha de alta velocidade, que respeita ao troço Porto-Coimbra-Soure, estará finalizado em 2028, com acesso a 150 destinos diretos, a partir de Coimbra, com uma redução dos tempos de percurso que farão com que a população adira verdadeiramente ao comboio como meio de transporte preferencial.

Observou a questão ambiental, que com as alterações introduzidas no projeto de 2010, deixou de existir a centralidade urbana bastante densa para passar a existir uma extensa e dominante zona verde, com espaços de lazer, de desporto e de agricultura, onde se privilegiam os modos suaves de mobilidade e a micromobilidade. Antecipou a redução de várias toneladas de CO2 anuais ao resolver os elevados níveis de congestionamento nos nós do Almedo e Casa do Sal.

Instou que mais do que um plano de reabilitação da zona norte da cidade ou da construção de uma estação multimodal, este Plano representa uma alavanca de desenvolvimento socioeconómico de toda a cidade e a linha de alta velocidade tem o traçado que foi apresentado porque é aquele que mostrou melhor responder às necessidades.

Pronunciou-se relativamente à Moção apresentada pelo Presidente da União de Freguesias de Taveiro Ameal e Arzila, Jorge Mendes, dizendo que se encontravam solidários com os moradores, mas ainda se encontra a decorrer o período de auscultação pública, pelo que o Nós Cidadãos não tinha condições de votar favoravelmente, devendo os seus signatários socorrer-se dos instrumentos próprios para manifestar as suas preocupações.

Intervenção do Deputado Municipal Manuel Rocha (CDU) (áudio 10:06 a 16:43 minutos - 2ª gravação)

Referiu-se relativamente à *Moção* apresentada, defendendo que se inseria no momento da discussão pública e, por isso, não se revela extemporânea.

Disse que as cooperativas de habitação ao promover a habitação a custos controlados num ambiente muito marcado pela especulação e negação de habitação a custo suportável mereciam um tratamento especial.

Indicou que a CDU tinha visitado o Bairro de Celas, que conhecem bem por terem assumido responsabilidades recentes na sua requalificação, apresentando, por isso preocupações dos moradores: as obras de reabilitação do clube de Celas em simultâneo com a empreitada de reabilitações; os problemas de erros de construção e infiltrações nas casas atribuídas; reparação dos monumentos danificados por ocasião das obras, designadamente, a estatua de calcário de São João Evangelista; problemas de trânsito e estacionamento; o recinto desportivo precisa de obras de recuperação; problemas de sustentação, taludes e muretes demasiado baixos; transparência na atribuição de habitações, em prazos que permitam eventuais reclamações; museu dedicado aos salatinas.

Tratou o Mercado D. Pedro V e respetivos pequenos comerciantes que deviam ser atendidos no processo de tomada de decisão.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

Informou que a bancada da CDU tinha esgotado o seu tempo de intervenção, apesar de não contabilizar o tempo atribuído a Jorge Mendes para apresentação da sua *Moção*.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da Deputada Municipal Isabel Garcia (PS) [\(áudio 17:39 a 23:09 minutos – 2ª gravação\)](#)

Tratou a notícia que narrava que a “*Casa da Escrita*” estava na iminência de passar a “*Casa da Cidadania e da Língua*”, numa parceria entre a APBRA - Associação Portugal Brasil-200 anos, que tem como parceiros, (informação oficial do site da mesma) o Senado Federal, o Instituto Camões, a Universidade de Coimbra, Município de Coimbra, o Estado de Minas Gerais, e o Ministério da Cultura de Portugal entre outras organizações e empresas. Acrescentou que está programado um evento de 10 dias em que dezenas de intelectuais vão estar em Coimbra a debater o futuro da língua portuguesa, para a inauguração da Casa da Cidadania da Língua.

Questionou a cedência da Casa da Escrita à Associação Portugal Brasil 200 anos e reforçou a questão da Vereadora Regina Bento na reunião do executivo camarário de 19 de junho “*Como é que a cedência da Casa da Escrita a uma Associação de direito privado com sede em Lisboa é compatível com o equipamento municipal e com uma casa que pertenceu à Família João José Cochofel e que guarda 3.300 livros da biblioteca particular de Eduardo Lourenço, foram generosamente doados ao Município. Voltamos a questionar, porque ainda não obtivemos resposta: As famílias de João José Cochofel e de Eduardo Lourenço foram consultadas?*” Lamentou que, por vezes, as decisões políticas se sobreponham aos interesses culturais e se esqueçam valores fundamentais.

Disse que a Direção da CulturXis- Associação Artística e Cultural sediada em Coimbra tinha avançado que a 8ª Edição do Ciclo de Concertos de Coimbra este ano não se iria realizar. Lembrou que o Ciclo de Concertos aconteceu na cidade durante 7 anos de forma ininterrupta (mesmo durante o COVID) e nos últimos anos com o apoio do Município, que este ano se revelava insuficiente (12.000,00€) justificado pela guerra da Ucrânia e inexistência de apoio por parte da DGArtes.

Referiu que a CulturXis, sediada em Coimbra, foi uma das poucas entidades a nível nacional (de um total de seis), que recebeu apoio do patamar máximo dos apoios pontuais para a realização da 18ª edição do Festival Internacional dos Açores e que estaria a equacionar sedear-se no concelho de Oeiras. Interpelou diretamente “*Senhor Presidente esta Associação é uma associação que foi criada nesta cidade e tem nos seus corpos sociais jovens artistas, que devíamos acarinhar e apoiar dado o mérito e provas dadas e consolidadas*”.

Intervenção do Deputado Municipal Ramiro Ramos (PS) [\(áudio 23:28 a 28:06 minutos - 2ª gravação\)](#)

Lembrou que o Presidente da Câmara, enquanto Vereador da oposição, apontava a fraca gestão processual, necessária rapidez de resposta nos casos mais simples de licenças administrativas para a realização de obras, avançarem. Confrontou com a realidade atual do Departamento de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Coimbra, onde exigem muitas vezes, a repetição de novo envio de documentos já solicitados, exigem novos documentos a substituir outros que em nada complementam a legalidade dos primeiros, as fases processuais passam por longas e não justificadas fases de “*estar para informação*”, existe falta de comunicação e esclarecimento entre as partes.

Reportou o descontentamento de promotores e construtores imobiliários que imploram celeridade para o normal desempenho da sua atividade, sendo que uma simples certidão, uma licença, tem uma demora temporal superior a 15 dias/1 mês. O tempo de espera nas medições de processos é de cerca de 2/3 meses. Dos pareceres na mobilidade urbana e Divisão de Estudos e Projetos (DIEP), o mesmo tempo, 2/3 meses. Nas análises técnicas de processos, em alguns dos técnicos, um período superior a 4 meses. Os despachos em alguns chefes de divisão, o tempo é de cerca de 4 meses.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Questionou o critério de distribuição dos processos pelos seus técnicos e apelou a menos burocracia e mais desenvolvimento, melhores vias e transportes e melhores condições de trabalho.

Intervenção do Deputado Municipal Vítor Parola (PS) [\(áudio 28:32 a 34:26 minutos - 2ª gravação\)](#)

Relembrou o conteúdo da própria intervenção em dezembro de 2022, onde expôs uma comparação de modos de atuação de José Manuel Silva, enquanto Vereador da oposição e na qualidade de Presidente da Câmara Municipal. Retomou o processo de contratação de Nirit Harel, a publicação extemporânea das atas do Conselho de Administração dos SMTUC e, ainda, na área habitação social, o desconhecimento da atribuição de casas, a inexistência de canal de denúncia previsto na lei, o Provedor do Município e, recentemente, a Casa da Escrita para justificar a falta de transparência que reflete o mandato do atual Executivo.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Claro (PS) [\(áudio 35:47 a 37:16 minutos - 2ª gravação\)](#)

Remeteu para a informação do Presidente da Câmara à Assembleia Municipal onde consta a reunião do Executivo com o Governo para a revisão da carreira dos motoristas dos SMTUC, como proposto pelo Partido Socialista, passados seis meses, desde outubro do ano transato.

Intervenção da Deputada Municipal Helena Mendes (CDS-PP) [\(áudio 37:37 a 40:28 minutos - 2ª gravação\)](#)

Pronunciou-se quanto à *Moção* apresentada reconhecendo que a bancada do CDS-PP teria total liberdade de voto devido às diferentes sensibilidades. Apesar da consensualidade na posição solidária quanto à população afetada, consideram que não estão esgotadas as intervenções institucionais, uma vez que decorre o período de discussão pública para introduzir as correções possíveis.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Presidente da Câmara

Referenciou algumas das atividades elencadas nas informações enviadas à Assembleia Municipal, evidenciando o cumprimento progressivo do programa a que se tinha proposto. Parafraseou um órgão de comunicação social “*A habitual lengalenga de que Coimbra não recebe novas empresas está a esbater-se, com a chegada de investimentos empresariais, uma das principais promessas deste Executivo camarário*”, provando que estavam a cumprir e todos os setores vão beneficiar, nomeadamente as pessoas que precisam de emprego, as instituições que precisam de patrocínios e toda a dinâmica económica, social, cultural, comercial e demográfica de Coimbra.

Instou que a estratégia de desenvolvimento sustentável de Coimbra importava produção e criação de riqueza, empregos e fixação dos jovens.

Divulgou os relatórios da avaliação fitossanitária, estabilidade biomecânica e risco de rutura de árvores do concelho de um total de 420 árvores em Coimbra, no âmbito da candidatura ao Compete 2020 para que todos soubessem o motivo da substituição das árvores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Referiu que a Câmara Municipal aprovou uma proposta de anteprojecto de arquitetura para a “*Refuncionalização da Escola EBI do Paço para Centro de Alojamento Temporário (BNAUT)*”, um investimento que se estima superior a 400 mil euros.

Antecipou que a Biblioteca Municipal de Coimbra vai organizar, em julho, agosto e setembro, diversas atividades de animação dirigidas às crianças do concelho e promover a leitura junto dos seus utilizadores.

Disse que tinha iniciado a desmaterialização de processos de obras particulares e que a desmaterialização do urbanismo prosseguia acelerada.

Mencionou a 1.ª Feira do Emprego e Mostra Formativa evento, de entrada livre, inserido nas comemorações dos 50 anos do IEFP, em Coimbra, instituição que saudou.

Tratou a Feira do Livro de Coimbra, com centralidade na Praça do Comércio e um vasto programa cultural, com duas rubricas inéditas, o “*Ciclo Cidadania da Língua*”, organizado pela APBRA, com enfoque na multiplicidade do universo da língua portuguesa, e o “*Ciclo Emergente*”, com a curadoria da associação Apura.

Anunciou a Feira Medieval de Coimbra que regressa à zona histórica da cidade, em formato renovado e alargado.

Aludiu à campanha informativa, promovida pela Câmara Municipal, sobre a importância dos prados em meio urbano, com um projeto de reconversão de espaços verdes, com matriz pedagógica e ecológica, contribuindo para trabalhar uma nova cultura ambiental em Coimbra.

Destacou o acordo de Transferência de Competências de Gestão de Património Imobiliário Público, através do qual é transferido para o Município de Coimbra o imóvel designado “*Casa da Criança, Taveiro – Centro de Educação e Proteção à Infância*” que, depois das obras necessárias, vai acolher a Extensão de Saúde de Taveiro e um Abrigo de Emergência.

Referiu que Coimbra recebeu bandeira e selo de “*Município Amigo da Juventude*” e foi reconhecida como cidade resiliente pela Organização das Nações Unidas.

Esclareceu que além do enorme sucesso dos concertos dos Coldplay, foram também um êxito de organização, projetaram Coimbra nível nacional e internacional e fizeram disparar a faturação na hotelaria e na restauração de Coimbra. Disse que o estudo do impacto económico tangível no concelho de Coimbra, realizado pela Coimbra Business School, revelava que poderão extrapolar uma despesa total realizada de 36.028.228 €, atendendo ao montante de despesa média direta evidenciado pelos inquiridos (180,14 €) e pela análise dos dados da SIBS e da UNICRE. Sendo que a análise intangível está por fazer.

Aludiu ao apoio de 70 mil euros para a atividade permanente de associações juvenis.

Indicou a cerimónia de partida do Rally de Portugal com milhares de pessoas na Alta de Coimbra.

Abordou a aprovação do Manual de Boas Práticas e Notas Interpretativas, destinado a uniformizar procedimentos e conceitos na área da Gestão Urbanística, enquanto progresso extraordinário no urbanismo da Câmara e de Coimbra, uma vez que cada técnico decidia de seu modo.

Referenciou as obras de reabilitação em 75 habitações do Bairro da Rosa, consignadas por mais de 2 milhões de euros e a adjudicação da empreitada de reabilitação do Bairro Fonte do Castanheiro por cerca de 5 milhões de euros.

Anunciou que a Câmara e Ordem dos Psicólogos vão avaliar riscos psicossociais dos trabalhadores municipais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Referiu a abertura do Balcão da Inclusão no espaço de atendimento ao público da Câmara Municipal de Coimbra, situado no Mercado Municipal D. Pedro V, que também ganhou 15 novas concessões, após hasta pública realizada, a terceira do mandato, sendo que no mandato anterior não existia registo de hastas públicas.

Enunciou a transferência de 2,5 milhões de euros para a limpeza de vias e espaço público nas freguesias. Convidou todos os presentes a participar nas festas da cidade promovidas pelo Gabinete de Grandes Eventos.

Dedicou-se ao estudo da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas que acolhe as sessões da Assembleia Municipal e que detém património e eventos de reconhecida relevância.

Declarou que *“trata todas as freguesias com equidade, sem discriminações negativas, que apoia com coerência a realização da mega Feira Popular, que paga a eletricidade que sempre pagou e que cumpre os seus compromissos. Quero aqui elogiar este magnífico e emblemático mega evento que é a Feira Popular, só possível graças ao enorme e extraordinário trabalho de organização desenvolvido pela UFSCCV e o seu presidente, aplaudir o novo figurino da Feira, que conta com a colaboração da CMC, e manifestar a certeza que um evento que recebe 300000 visitantes certamente não dará prejuízo, pois há muitas forma da União de Freguesias, as suas associações e os seus fregueses, bem como todos os residentes no concelho e na região, beneficiarem”*.

Referiu que continuavam sem receber o valor correspondente às despesas assumidas com a transferência de competências do Governo, onerando o orçamento camarário, com custos elevados que não estão cobertos pelo financiamento da descentralização.

Recorreu a entrevista da filósofa Giulia Sissa para esclarecer que a democracia é um processo de seleção, de liderança, de trabalho e de decisão.

Pronunciou-se quanto à *Moção* apresentada, explicando que as expropriações são inevitáveis em projetos de desenvolvimento. Afirmou que a Alta Velocidade tem de passar na Estação Central de Coimbra, onde importa garantir a articulação de todos os modos de deslocação.

Avançou que qualquer outra alternativa ao *“corredor”* apresentado seria ainda mais nefasta já que este corredor tem duas vias e a opção de estabelecer a estação na periferia era *“matar Coimbra”*.

Esclareceu que as preocupações dos moradores são as preocupações do Executivo que, por isso, fariam chegar às *Infraestruturas de Portugal* e lembrou que estava a decorrer o período de discussão pública para que participassem para o melhor projeto final.

Adiantou que o gabinete de acompanhamento da Alta Velocidade está constituído, liderado pela Vereadora Ana Bastos.

Saudou a Cooperativa do Mondego, com quem tinham estabelecido inúmeras conversas e a Cooperativa tinha, inclusive, sugerido a Quinta da Malavada, mas por razões relacionadas com o Metro Bus e Projeto de PDM não serve o efeito. Reiterou que continuassem a fazer sugestões de terrenos para que se adquirissem terrenos e, posteriormente, cedessem à Cooperativa para reduzir custos de construção, numa estratégia de trabalho e cooperação.

Esclareceu a avença do Convento São Francisco do mandato anterior era de 7.000,00 euros por mês, sem exclusividade, ao invés, a recente avença para Programador é de 1.500,00 euros. Explicou que na impossibilidade de internalizar o processo de programação, contrataram um programador em regime de avença por uma baixa quantia e de reconhecida qualidade.

Criticou as reclamações relativas à Casa da Escrita que *“quando estava letárgica, ninguém reclamou”*. Afiançou que a *Casa da Escrita* não vai ser entregue a nenhuma instituição, que nenhuma associação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

tinha apresentado programa para colaborar com o Município e que Casa da Cidadania da Língua ia colocar Coimbra no centro dos debates.

Referiu que os parques infantis observam critérios de segurança muito rigorosos e que os procedimentos de contratação estavam a decorrer, apesar de morosos.

Recordou que as listas da habitação social são publicadas de dois em dois meses e que tinha delegado na Vereadora do Pelouro da Habitação Social a homologação das listas.

Refutou as acusações imputadas ao Departamento do Urbanismo, remetendo novamente para o Manual de Boas Práticas e Notas Interpretativas e, brevemente, para a receção e tratamento em formato digital de todo o processo. Clarificou que os processos de urbanismo são objeto de auditorias internas para melhorar continuamente a qualidade, localizar fragilidades e oportunidades de melhoria.

Reforçou a insistência com a Ministra da Presidência relativamente a Carreira de Agente Único, mas sem sucesso.

Intervenção do Deputado Municipal Jorge Mendes (CDU) [\(áudio 30:17 a 31:00 minutos - 1ª gravação\)](#)

Dirigiu-se à Deputada Lúcia Santos, esclarecendo que todos estavam cientes da importância da alta velocidade como tinha tido oportunidade de referir na apresentação da Moção.

Deliberação nº 29/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria**, de 39 votos a favor (20-PS; 11-PSD; 4- CDU; 2-CpC; 1- PPM; 1- CH), 2 votos contra (1-NC e 1-CDS-PP) e 7 abstenções (4 – NC; 3- CDS-PP) aprovar a Moção” *Exigir estudos de alternativas ao traçado da Alta Velocidade*“, proposta pelo Presidente da União de Freguesias de Taveiro Ameal e Arzila, Jorge Mendes.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Intervenção da Deputada Municipal Graça Simões (CpC) [\(áudio 33:55 a 39:30 minutos – 3ª gravação\)](#)

Esclareceu que não é a qualidade do Programador para o Convento São Francisco que está em causa, é o procedimento. Recomendou, por isso, o concurso público, com júri, democrático e transparente para avaliar a competência e qualidade da pessoa a ocupar o lugar.

Reprovou a expressão “*política no seu pior*” utilizada pelo Presidente da Câmara, quando estava em causa o exercício da função para a qual os membros da Assembleia tinham sido eleitos e acusou o “*excesso de palavras para nos cansar*”.

Denunciou o “*desleixo*” do espaço público, no Cemitério da Conchada e nos passeios da cidade, remetendo para a intervenção nas redes sociais que, não demitem o Presidente da Câmara do seu estatuto de governante, eleito, representante do Estado, quando interpelado por cidadãos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Questionou a existência de instrumentos de planeamento estratégico e a consideração pela participação dos cidadãos, designadamente, com o Plano de Arborização. Disse que no Plano está prevista a plantação de 380 pela Câmara Municipal e o abate de 135, a somar às dezenas abatidas pela Metro Mondego, refletindo “*A este ritmo, de quantas décadas precisamos para aumentar e densificar a arborização da Cidade?*”. Perguntou pelos projetos para reduzir a água nas regas, uma vez que existiam evidências de regas automáticas e descomandadas a meio do dia, por exemplo, na Casa do Sal.

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU) [\(áudio 40:02 a 49:48 minutos - 3ª gravação\)](#)

Reclamou a possibilidade de contraditório depois do Presidente da Câmara intervir.

Referiu-se à iniciativa do Debate Relevante, afirmando que a CDU tinha antecipado os problemas, sugerido alternativas e questionado quais os mecanismos de participação das decisões e não tinha obtido resposta por parte da Câmara Municipal. A amplitude da intervenção que está planeada sem que se conheçam ou possam antecipar de forma clara e evidente todos efeitos, acompanhando o processo de forma transparente e democrática.

Exigiu, em nome da CDU, que os planos de pormenor contemplassem garantias de ocupação diversificada geracional social e económica de moradores e tipos de comércio de forma a evitar que a fruição do Rio Mondego seja privilégio de poucos.

Lançou o repto para a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia para que se debatessem opções e estudos a desenvolver no quadro dos planos em elaboração.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS) [\(áudio 50:13 a 56:13 minutos - 3ª gravação\)](#)

Contrariou as palavras do Presidente da Câmara, a propósito da abertura da Feira do Livro, “*uma dinâmica comercial que aponta, de forma absolutamente clara, para a reanimação da Baixa*” e onde “*cada vez existem mais lojas a abrir*”, dizendo que a Baixa está cada vez mais decadente, cada vez há menos lojas a abrir e, sim, cada vez mais lojas a fechar.

Enunciou algumas das obras recebidas do mandato anterior: a Praça do Comércio requalificada; o “Terreiro da Erva” que têm deixado degradar, a calçada à portuguesa está levantada em consideráveis zonas e áreas, o seu pavimento partido, o lixo abunda e tudo de nefasto. O Largo da Sé Velha requalificado e renovado, agora, inaugurado pela Coligação.

Afirmou que os serviços municipais apresentavam “*um péssimo funcionamento, uma morosidade destruidora de vidas*”, apesar dos milhões de euros de encargos acrescidos para a contratação de novas chefias, diretores e avenças com prestadores de serviço externos. *Os processos não andam, o despacho não é atempado e os municípios já nem sequer são atendidos no edifício da Câmara, mas no mercado de peixe, da carne, dos legumes e da fruta. Mercado D. Pedro V*”, que não reanima.

Apontou os concertos musicais que destroem o relvado do Estádio Cidade de Coimbra e a sua pista de Tartan, e esvaziam os cofres municipais em mais de meio milhão de euros.

Alertou que contrair dívida acima de certos limites é bloqueador da boa gestão, de contas certas. Correndo o risco de os fornecedores esperarem que a Câmara lhes pague o que deve, o associativismo cultural e desportivo não ser subsidiado como deve e as Juntas de Freguesia nunca terem os 10% do Orçamento municipal prometido e que a governação do Partido Socialista já tinha garantido e executado.

Criticou os negócios de milhões, efectuados mais em benefício de entidades privadas do que das necessidades básicas essenciais da população, que pagando 440 mil euros a um privado, destruindo o relvado do estádio e a sua pista de Tartan, se tem um retorno de 50 milhões de euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Reconheceu o trabalho dos Presidentes de Junta nas suas atividades e iniciativas culturais, apelando à atribuição, no futuro, pelo menos metade do custo por cada um daqueles concertos.

Instou “*venham então concertos musicais, mas que se financiem com o produto da bilheteira que conquistem, com o dinheiro daqueles que a eles assistem e não também com o dinheiro dos municípios que a eles não assistem*”.

Referiu que o IPC - Instituto Politécnico de Coimbra candidatou ao PRR, um projecto para construção de uma residência de estudantes, investimento para alojamento com 400 camas, que foi financiado com o valor total de 21.585.000,00€. E refletiu que a Câmara, para o mesmo objectivo, recorre agora ao endividamento municipal, sem se conhecer ainda o financiamento do PRR.

Acrescentou, na senda, o projeto da Universidade de Coimbra, “*Living the Future Academy*” financiado com 16,5 milhões de euros, para a criação de nove novos cursos de Licenciatura e Mestrado e de mais de uma centena de cursos curtos (não conferentes de grau), ou ainda com o mesmo alcance, outro do IPC, financiado em 21.585.000,00€. Questionando o que tinha alcançado a Câmara em sede de candidaturas ao PRR e que investimentos estruturais tem presentemente financiados.

Destacou que foram os governos socialistas que procuraram implementar a rede de Alta Velocidade em Portugal, servindo Coimbra com uma paragem. Também foi o PS que trouxe o Metrobus e lançou o concurso para as obras em curso do troço do Alto de São João à Portagem, da Portagem à Estação Coimbra-B e a Linha do Hospital.

Comparou a gestão do PS e a gestão da Coligação Juntos Somos Coimbra, mostrando duas imagens. A fotografia da margem direita do Mondego, representativa do PS, onde se veem os muros que foram fortificados e requalificados, com zona pedonal e ciclável. Por sua vez, aludiu à gestão da Câmara do Juntos Somos Coimbra, com a fotografia da margem esquerda do Mondego, onde se veem os muros fragilizados com abundante vegetação selvagem, sujos, conspurcados e degradados pelo tempo” *apesar dos estudos e projectos elaborados na herança do mandato anterior, a não desenvolveu, não executou, nem se sabe se candidatou a financiamentos europeus*”. Depositou na Mesa da Assembleia Municipal imagens ilustrativas **cfr. Anexo II**

2. Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2022 do Município de Coimbra

Deliberação nº 30/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, ***por unanimidade***, aprovar os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2022 do Município de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

2.1. Relatório de Gestão e Contas de 2022 - IParque

A Assembleia Municipal de Coimbra **tomou conhecimento** do Relatório de Gestão e Contas de 2022 do IParque.

2.2. Relatório de Gestão e Contas de 2022 - Prodeso Ensino Profissional

A Assembleia Municipal de Coimbra **tomou conhecimento** de Relatório de Gestão e Contas de 22 da Prodeso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

3. *Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo - com 3 lotes*

Intervenção do Presidente da Assembleia

Propôs a discussão conjunta dos Pontos 3 e 4 da *Ordem de Trabalhos*, sugerindo, por isso, o ajustamento do tempo atribuído a cada um dos assuntos.

Intervenção da Deputada Municipal Graça Simões (CpC) [\(áudio 07:43 a 11:26 minutos – 4ª gravação\)](#)

Referiu que os três pedidos de empréstimo remetiam todos para “*erros de gestão pública e desperdício de oportunidades*”, reconhecendo que não se opunham, por princípio, à contratação de empréstimos quando antecipavam obras necessárias.

Destacou, como indicador de vários erros de gestão pública desprovidos de escrutínio público, o *Fundo Coimbra Viva* que precisava do reforço de capital para continuar a operar a reabilitação urbana, mas, agora, amputado de uma das 5 mais importantes vantagens: o controlo público do espaço a intervir.

Apontou a escala da operação de renovação como elemento essencial de êxito, remetendo, a propósito, para o relatório apresentado que explicitava os motivos para, em 12 anos, terem sido reabilitados apenas 8 prédios. Observou o facto de a Câmara não ter expropriado os prédios indispensáveis ao conjunto da operação e da Metro Mondego não ter incluído os 20 imóveis no *Fundo Box*, ao invés, alienando-os a terceiros, limitando a operação do fundo imobiliário.

Assinalou a contratação do avultado empréstimo para injetar no *Fundo Box* como consequência de falta de visão e competência, questionando de imediato quais as diligências do atual Executivo para aumentar o património e alterar o procedimento da Metro Mondego, que, lembrou, contava com acções do Município. Interrogou, por isso, porque não tinha sido exercido o direito de preferência do Município na consulta que a Metro Mondego tinha feito ao mercado.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Rodrigues (NC) [\(áudio 12:07 a 16:10 minutos - 4ª gravação\)](#)

Pronunciou-se quanto à necessidade de aumento de capital para o financiamento do projeto Coimbra Viva, que tinha como objetivo construir uma residência de estudantes na Baixa de Coimbra e que atrairia jovens, criaria emprego e fomentaria novos negócios.

Avançou a implementação de renda acessível, com uma redução de 20% face aos valores de mercado cujo emparcelamento de 3 imóveis contíguos, em conjunto, permitiriam desenvolver o maior projeto do Fundo Coimbra Viva I, com cerca de 2700 m² de área de construção.

Mencionou que o projeto daria resposta a objetivos de qualidade a que devem obedecer as instalações para alojamento de estudantes do ensino superior, acesso fácil aos equipamentos de ensino, saúde, cultura, desporto e comércio, bem como aos pontos nodais de transportes públicos, contribuindo para a consolidação da malha urbana, fomento da coesão social, promoção da mobilidade ativa e detransportes públicos e dinamizar a economia local e promover a competitividade das instituições de ensino superior.

Acrescentou que a residência configuraria a reabilitação de cerca de 159a da área do quarteirão da Nogueira, sendo que esta alavancagem potenciaria a reabilitação total do quarteirão o que representava, mais do que interesse municipal, um interesse público na proteção do bem Universidade de Coimbra, Alta e Sofia, Património Mundial da Unesco.

Declarou, pelo exposto, que o Grupo do Nós Cidadãos votaria favoravelmente o ponto 4 da Ordem de Trabalhos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Manuel Rocha (CDU) [\(áudio 16:26 a 18:52 minutos - 4ª gravação\)](#)

Aludiu à dupla conveniência da construção de habitação e recuperação da Baixa de Coimbra, reconhecendo, no entanto, que 62 estúdios não resolveriam nem o problema da habitação estudantil nem o problema da Baixa. Instou na criação de alojamento de estudantes em correspondência com as necessidades crescentes, face ao cada vez maior número de estudantes a frequentar a Universidade de Coimbra.

Referiu a importância da habitação definitiva de famílias na Baixa e na Alta de Coimbra. Acrescentando, ainda, a questão do comércio, deduziu que intervenção habitacional era essencial de forma integrada, permitindo responder às diversas valências de uma cidade em crise.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS) [\(áudio 19:12 a 22:51 minutos - 4ª gravação\)](#)

Disse que somente numa deliberação a Câmara Municipal trazia um pedido de autorização para três empréstimos de médio e longo prazo, todos de natureza e pressupostos legais diferentes.

Remeteu para os princípios da legalidade e da transparência, para justificar a declaração de voto.

Declarou que o Partido Socialista não poderia votar favoravelmente, pelo que se ia abster.

Preveniui que os empréstimos de médio e longo prazo para aplicação em investimentos, tinham de ser identificados no contrato do empréstimo, porque independentemente de constarem no plano plurianual de atividades poderiam, face a determinados pressupostos, carecer de autorização prévia do Órgão Deliberativo.

Observou a deliberação do Executivo e a informação n.º 45308/2023, de 14 de junho, questionando relativamente à “*aquisição de terrenos*”, quais as áreas, localizações concretas, preços associados. Quanto aos imóveis as circunstâncias em que cada um se encontraria, ocupados, livres ou devolutos; áreas, tipologias e projetos, orçamentos e volume de obras.

Mostrou preocupação com a inexistência dos esclarecimentos aludidos e com o facto de a Câmara aumentar a dívida bancária em mais de 50%.

Intervenção do Presidente da Câmara

Esclareceu que não exerciam direito de preferência por falta de capital.

Lembrou que o Fundo Coimbra Viva estava em “*estado letárgico há vários anos*” e que estavam areanimá-lo apesar das dificuldades em obter respostas do Ministério das Finanças.

Deliberação n.º 31/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, ***por maioria*** de 24 votos a favor (11- PSD; 5- NC;4- CDS-PP; 2-CpC ;1-PPM e 1- CH) e 25 abstenções (21- PS; 4- CDU;), aprovar

A contratação do empréstimo de médio e longo prazo 2023 - com 3 lotes:

Lote 1: à Caixa Geral de Depósitos;

Lote 2: à Caixa Geral de Depósitos;

Lote 3: à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

De acordo com as condições expressas na informação nº 45309, na Ata da Comissão de Análise e condições das propostas para os Contratos de Empréstimo de médio e longo prazo dos referidos lotes.

As cláusulas contratuais constantes das minutas dos contratos de Empréstimo:

Lote 1: Caixa Geral de Depósitos, com destaque:

- Finalidade: Empréstimo a Médio e longo prazos para financiamento do aumento da participação de capital, no Fundo Coimbra Viva I
- Valor do empréstimo: 2.829.000,00 €;
- Prazo total do empréstimo: 20 anos;
- Prazo de Amortização: 20 anos, com 18 meses de carência;
- Modalidade de utilização: utilização imediata da totalidade do capital mutuado;
- Plano de reembolso: Amortizações do capital constantes e semestrais;
- Amortização do capital antecipada voluntária: sem penalizações
- Taxa de juro contratual: Taxa variável indexada à Euribor a 6 meses correspondente à média aritmética simples apurada com referência ao mês imediatamente anterior ao início de cada período de contagem de juros, arredondada para a milésima do ponto percentual mais próxima, acrescida de spread de 0,54 %;
- Periodicidade de juros: semestral;
- Garantia a prestar pelo Município: a decorrente da lei;
- Comissões – isentas.

Lote 2: Caixa Geral de Depósitos, com destaque:

- Finalidade: Empréstimo a Médio e longo prazos para cobertura do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) do ano de 2023;
- Valor do empréstimo: 10.500.000,00 €;
- Prazo total do empréstimo: 20 anos;
- Prazo de Amortização: 20 anos, com 18 meses de carência;
- Modalidade de utilização: utilização imediata da totalidade do capital mutuado;
- Plano de reembolso: Amortizações do capital constantes e semestrais;
- Amortização do capital antecipada voluntária: sem penalizações
- Taxa de juro contratual: Taxa variável indexada à Euribor a 6 meses correspondente à média aritmética simples apurada com referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de juros, arredondada para a milésima do ponto percentual mais próxima, acrescida de spread de 0,54 %;
- Periodicidade de juros: semestral;
- Apresentação do serviço total da dívida para o período de 20 anos;
- Garantia a prestar pelo Município: a decorrente da lei;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Comissões – isentas.

Lote 3: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, com destaque:

- Finalidade: Processo de renegociação do empréstimo da “Construção do Estádio Municipal de Coimbra – Euro 2004”:
- Valor do empréstimo: 6.306.306,23 €;
- Prazo total do empréstimo: 4 anos;
- Prazo de Amortização: 4 anos;
- Modalidade de utilização: utilização imediata da totalidade do capital mutuado;
- Plano de reembolso: Amortizações do capital constantes e semestrais;
- Amortização do capital antecipada voluntária: sem penalizações
- Taxa de juro contratual: Taxa fixa de 3,340%;
- Periodicidade de juros: semestral;
- Apresentação do serviço total da dívida para o período de 4 anos;
- Garantia a prestar pelo Município: a decorrente da lei;
- Comissão de abertura: 3.150,00 €

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

4. Aumento de capital da Câmara Municipal de Coimbra no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana – Coimbra Viva I

Deliberação n.º 32/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria**, de 24 votos a favor (11- PSD; 5- NC;4- CDS-PP; 2-CpC ;1-PPM e 1- CH) e 25 abstenções (21- PS; 4- CDU;), aprovar a proposta de aumento da participação da Câmara Municipal de Coimbra, no capital do Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana – Coimbra Viva I, no montante de 2.829.000,00€ (dois milhões, oitocentos e vinte e nove mil euros), enquadrável no âmbito da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sendo que a aquisição das unidades de participação está prevista no processo de contratação de financiamento externo (lote 1)/empréstimo de médio a longo prazo – 2023, ficando o cabimento e registo em fundos disponíveis condicionado à aprovação do processo de financiamento.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

5. Designação dos júris de recrutamento dos cargos de dirigentes - seleção de titulares de cargos de direção intermédia de 1.º grau

Intervenção do Deputado Municipal Rui Claro (PS) [\(áudio 27:13 a 30:36 minutos - 4ª gravação\)](#)

Assinalou o atraso no lançamento do procedimento e, a propósito, apresentou à *Mesa* requerimento relativo à calendarização de abertura de procedimentos de recrutamento. (cfr. Anexo III)

Atentou no júri apresentado e alertou para a inconsistência verificada nos concursos do Departamento de Estudos Estratégicos Planeamento Desenvolvimento Territorial, em causa a 2ª vogal suplente e do Departamento de Gestão Urbanística, no lugar do 1º vogal suplente.

Questionou, volvido cerca de um ano desde a aprovação da figura do Provedor do Município, quando pretendia dar cumprimento ao deliberado.

Intervenção do Presidente da Câmara

Reconheceu que estavam a fazer um grande esforço para cumprir o determinado na legislação e abrir os concursos.

Deliberação nº 33/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria**, de 46 votos a favor (20-PS; 11- PSD; 5- NC; 4-CDS-PP; 4-CDU; 1-PPM e 1- CH) e 3 abstenções (1- PS; 2- CpC), **aprovar os júris de recrutamento, nos termos constantes do documento anexo à informação n.º 45673/2023, conforme previsto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

6. Relatório de monitorização da Área de Reabilitação Urbana (ARU) *Votação*

6.1. Coimbra Alta/Operação de Reabilitação Urbana (ORU)-Relatório Anual/Quinquenal de 2022

6.2. Coimbra Baixa/Operação de Reabilitação Urbana (ORU)- Relatório Anual/Quinquenal de 2022

6.3. Coimbra Rio/Operação de Reabilitação Urbana (ORU)- Relatório Anual/Quinquenal de 2022

6.4. Coimbra Santa Clara/Operação de Reabilitação Urbana (ORU)- Relatório Anual 2022

6.5. Coimbra Universidade Sereia/Operação de Reabilitação Urbana (ORU)- Relatório Anual 2022

Deliberação nº 34/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria**, de 45 votos a favor (21-PS; 11- PSD; 5- NC; 4- CDS-PP; 2-CpC; 1-PPM e 1- CH) e 4 abstenções (4- CDU) aprovar

o relatório anual/quinquenal de monitorização de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) e respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU), da ARU *Coimbra Alta*;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

o relatório anual/quinquenal de monitorização de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) e respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU), da ARU *Coimbra Baixa*;

o relatório anual/quinquenal de monitorização de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) e respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU), da ARU *Coimbra Rio*;

o relatório anual de monitorização de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) e respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU), da ARU *Santa Clara*;

o relatório anual de monitorização de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) e respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU), da ARU *Coimbra Sereia*;

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

7. Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas

Intervenção da Deputada Municipal Margarida Pocinho (CDS-PP) [\(áudio 35:47 a 37:45 minutos – 4ª gravação\)](#)

Afirmou que o plano é uma forma de operacionalizar a transparência e a cultura de ética e integridade do exercício da atividade do Município, alertando, no entanto, para a importância da vigilância, atualização constante e adequação à realidade deste instrumento.

Intervenção da Deputada Municipal Lara Martins (NC) [\(áudio 38:10 a 41:34 minutos – 4ª gravação\)](#)

Aludiu à importância do Plano de Prevenção que tende a inverter comportamentos, educar para o exercício das funções públicas e responder às exigências do estrito cumprimento da lei e benefício das populações. Repudiou a forma como o governo tem tratado a alteração dos estatutos profissionais das várias áreas das profissões reguladas do país, manifestando especial apoio à Advocacia Portuguesa.

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) [\(áudio 41:50 a 44:15 minutos – 4ª gravação\)](#)

Reconheceu que a “Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas” é um assunto da maior importância na gestão municipal, em nome da transparência e do respeito pela lei. Recordou, a propósito que o Executivo tarda, sem nenhuma razão objetiva, em implementar a estrutura do já aprovado “*Provedor do Município*”. Explicou que o Provedor do Município facilitará de sobremaneira o acesso dos cidadãos a um canal de denúncia no sentido de evitar ou de sinalizar eventuais riscos de gestão, infração ou corrupção.

Afirmou que a Assembleia Municipal tem um papel nuclear nos processos de verificação da conformidade da gestão pelo executivo e que aguardavam esclarecimentos sobre os negócios entre a Câmara Municipal, a Everything is New e a Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol e seus credores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Retomou o assunto do Período Antes da Ordem do Dia relativo à Casa da Escrita e Associação Brasil sugerindo que, na revisão deste plano, fossem destacados os riscos muito elevados associados ao conflito de interesses e código de conduta por parte de membros do executivo.

Deliberação nº 35/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

8. Designação dos membros que integram as Comissões Permanentes

8.1. Comissão de Desenvolvimento Humano e Social

8.2. Comissão de Proteção do Ambiente e do Ordenamento do Território

8.3. Comissão de Desenvolvimento Económico

8.4. Comissão de Relações Institucionais e Externas

8.5. Comissão de Assuntos Jurídicos

Retirado da Ordem de Trabalhos

9. Ata n.º 5/2022, de 27 de dezembro

Deliberação nº 36/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar a Ata nº 5/2022, de 27 de dezembro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Assinadas e aprovadas as deliberações em minuta e sendo 20 horas, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Anexo I



Exmo. Sr.
Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra
Dr. Luís de Almeida Torres Marinho

Recebido
Leuframulho
A. de 15 de 25 h.
31/06/2023
29-06-2023

1625074

O grupo político Cidadãos por Coimbra vem por este meio solicitar, a V. Exa., requerimento ao Executivo da Câmara Municipal de Coimbra para fornecer informações a esta Assembleia, por escrito, que incidam sobre os seguintes tópicos:

- 1- Que o executivo municipal apresente, a esta Assembleia, um regulamento enquadrador do funcionamento da Casa da Escrita, no escrupuloso respeito pelos princípios que guiaram a aquisição da casa e a cedência das obras literárias pelos donatários;
- 2- Que o executivo abra concurso público para identificar uma entidade gestora credível e que apresente um plano de trabalhos que respeite o enquadramento do bem público da Casa da Escrita, valorizando a sua missão e a rede cultural de Coimbra;
- 3- Que se interrompa o processo negocial, trabalhado em secretismo, com a Associação Portugal Brasil 200 anos, para gestão e curadoria da Casa da Escrita;
- 4- Que o executivo apresente à Assembleia Municipal um parecer, a emitir pelo Tribunal Constitucional, que verse sobre eventuais incompatibilidades de funções de altos dirigentes de cargos públicos com negócios a firmar com entidades ou indivíduos com quem o Presidente da Câmara possa ter relações contratuais e/ou familiares, focando no caso específico da relação do Município de Coimbra com a Associação Portugal Brasil 200 anos.

Com respeitosos cumprimentos,

Coimbra, 29 de Junho de 2023

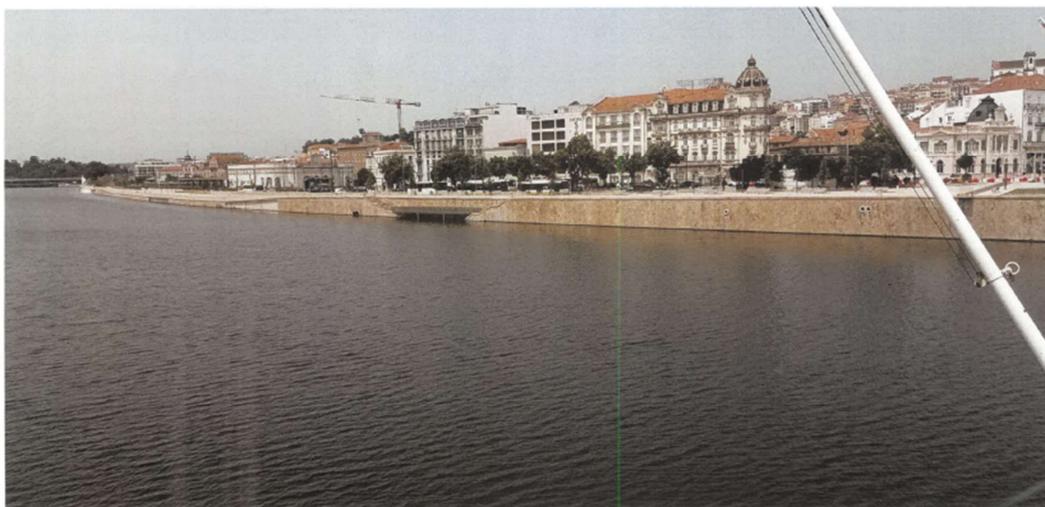

João Matos
Cidadãos por Coimbra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Anexo II

GESTÃO DOS MUROS DO MONDEGO – GESTÃO PS



GESTÃO DOS MUROS DO MONDEGO – “GESTÃO JUNTOS SOMOS COIMBRA”





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Anexo III



Grupo Político do Partido Socialista
Assembleia Municipal de Coimbra

Recebido
A.U. 29.06.23
[Handwritten signature]
51023

Exmo. Senhor Presidente da
Assembleia Municipal de Coimbra,
Doutor Luís Marinho,

Coimbra, 29 de junho de 2023

Assunto: Requerimento ao abrigo do disposto na al.ª g) do artigo 15.º do Regimento da Assembleia Municipal de Coimbra – Cumprimento do prazo para abertura dos diversos concursos para recrutamento e provimentos dos cargos de direção intermédia e superior na Câmara Municipal de Coimbra.

Nos termos e para os efeitos do disposto na al.ª d), do n.º 2, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, vem o signatário, ao abrigo do disposto na alínea g) do artigo 15.º do Regimento da Assembleia Municipal de Coimbra, solicitar que V. Exa. se digne requerer à Câmara Municipal informação detalhada e devidamente discriminada sobre todos os concursos para recrutamento e provimentos dos cargos de direção intermédia e superior na Câmara Municipal de Coimbra.

Considerando que a nomeação em cargos dirigentes, em regime de substituição, não pode subsistir por mais de noventa dias, salvo se estiver em curso procedimento tendente à designação de novo titular (artigo 27.º, n.º 3 do Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública), e não obstante verificar-se que a maioria das nomeações ocorreram em janeiro de 2023, solicita-se ainda pelo presente que sejam prestadas informações sobre o cumprimento dos prazos legais aplicáveis, bem como previsão da abertura dos respetivos procedimentos.

Com os melhores cumprimentos

O Deputado Municipal,

(Rui Moreira Claro)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Anexo III
(continuação)



Grupo Político do Partido Socialista
Assembleia Municipal de Coimbra

Recebido
A.U. 29.06.27
A

M6D 510 10

Exmo. Senhor Presidente da
Assembleia Municipal de Coimbra,
Doutor Luís Marinho,

Coimbra, 29 de junho de 2023

Assunto: Requerimento ao abrigo do disposto na al.ª g) do artigo 15.º do Regimento da Assembleia Municipal de Coimbra – Relatórios da avaliação fitossanitária, estabilidade biomecânica e risco de rutura de um total de 420 árvores em Coimbra

Nos termos e para os efeitos do disposto na al.ª d), do n.º 2, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, vem o signatário, ao abrigo do disposto na alínea g) do artigo 15.º do Regimento da Assembleia Municipal de Coimbra, solicitar que V. Exa. se digne requerer à Câmara Municipal todos os documentos/informações e demais elementos de suporte relacionados com os propalados Relatórios da avaliação fitossanitária, estabilidade biomecânica e risco de rutura de um total de 420 árvores em Coimbra, divulgados na reunião de Câmara de dia 19 de junho.

Com os melhores cumprimentos

O Deputado Municipal,

(Rui Moreira Claro)